

ANÁLISE DOS ÍNDICES FINANCEIROS DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO (SESCOOP): UM ESTUDO DE CASO DA REGIÃO NORDESTE

JISNARA MARIA PEREIRA LAVOR, HARINE MATOS MACIEL,
WLISSES MATOS MACIEL, AURENIVIA FERREIRA DA SILVA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
<jisnaramaria.nara@hotmail.com>, <harinematos@yahoo.com.br>,
<wlissesmatos@yahoo.com.br>, <nivia7@hotmail.com>

DOI: 10.21439/conexoes.v10i3.773

Resumo. O Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) busca estabelecer políticas e traçar critérios educacionais no âmbito estadual, fornecendo instrumentos a todos os cooperados e parceiros atuantes no cooperativismo, na perspectiva de fortalecer o processo de gestão do conhecimento. O presente trabalho teve como objetivo analisar os índices financeiros do Sescoop na região nordeste, já que estes são importantes norteadores na tomada de decisão por parte dos gestores, possibilitando um maior conhecimento dos resultados alcançados pelas cooperativas e onde podem progredir para continuar crescendo. Os dados referentes aos índices foram obtidos através dos relatórios financeiros, extraídos das contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados. O Índice de liquidez corrente analisado atingiu as expectativas; cada empresa conseguiu cumprir com todos os seus compromissos financeiros. O Índice de solvência foi abaixo do mínimo desejável para todas as regiões, com exceção do estado de Sergipe, que apresentou resultado satisfatório, mostrando assim a vulnerabilidade econômica dos estados em honrar suas dívidas em curto prazo. Já o Índice de caixa apresentou valores exemplares para todos os estados, com exceção do estado do Maranhão, que foi abaixo do mínimo desejável. O Índice de endividamento geral encontrou-se em todos os estados com sua capacidade de endividamento no limite desejável, com exceção do Rio Grande do Norte e Sergipe, comprometendo assim a saúde financeira da empresa. Por fim, conclui-se que, na análise conjunta dos índices financeiros, o Sescoop na região nordeste está funcionando de forma satisfatória para atender às necessidades dos cooperados, empregados e das cooperativas.

Palavras-chaves: Cooperativismo. Nordeste. Sescoop. Índices Financeiros.

Abstract. The National System of Cooperative Learning (Sescoop) seeks to establish policies and to draw educational criteria at the state level by providing tools to all cooperative members and active partners in cooperatives with a view to strengthen the knowledge management process. This study aimed to analyze the financial ratios of Sescoop in the Northeast, as these are important guiding decision making by managers, enabling a better understanding of the results achieved by cooperatives and where can progress to continue growing. Details of the indices were obtained from the financial statements, drawn from the accounts of the Balance Sheet and Income Statement. The analyzed current liquidity ratio reached expectations; each company was able to meet all its financial commitments. The solvency ratio was below the minimum desirable for all regions except the state of Sergipe, which showed satisfactory results, showing the economic vulnerability of states to meet its short-term debts. But the cash index for all states presented copies values except for the state of Maranhão, which was below the desirable minimum. The overall debt ratio is in every state with its borrowing capacity in the desirable limit, except for Rio Grande do Norte and Sergipe, thus jeopardizing the financial health of the company. Finally, it is concluded that, on the analysis of financial ratios, the Sescoop in the Northeast is functioning satisfactorily to meet the needs of members, employees and unions.

Keywords: Cooperative. Northeast. Sescoop. Financial Ratios.

1 INTRODUÇÃO

O Cooperativismo associa pessoas livres que possuem capacidade produtiva, com o objetivo de elevar o padrão de vida, beneficiando a sociedade com uma maior oferta de produtos e serviços. As cooperativas surgem da necessidade de os trabalhadores se organizarem para conseguirem manter-se em um mercado competitivo.

Em meio à grande concorrência que afeta as empresas, o risco de muitos trabalhadores perderem o emprego é real e isso vem contribuindo para que o número de cooperativas esteja em constante crescimento em todo o mundo.

Para consolidar esse crescimento, as cooperativas necessitam ter profissionais capacitados, produtos de qualidade e capacidade financeira para conseguirem competir com empresas que possuem um bom posicionamento no mercado e assim atender às expectativas dos seus associados, que são o crescimento sustentado e o retorno financeiro.

Isso pode ser alcançado, dentre outras formas, através do sistema de cooperativas, um modelo socioeconômico que objetiva o desenvolvimento econômico aliado ao bem-estar social. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2011), os princípios do cooperativismo são: participação democrática, solidariedade, independência, interesse pela comunidade, educação, formação, informação e autonomia; ou seja, elementos essenciais para o desenvolvimento social.

A fundamentação do cooperativismo é a reunião das pessoas e não o capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Essas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso, com equilíbrio e justiça entre os participantes. Associado a valores universais, o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade.

Por conta disso, para promover o desenvolvimento do cooperativismo, por meio da qualificação profissional, foi criado no ano de 1998 o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), que foi implementado em quase todas as regiões brasileiras, buscando assim o acompanhamento dessa atividade tão essencial para a qualidade de vida e bem-estar dos cooperados, empregados e familiares.

Com base no exposto, é possível afirmar não somente a relevância do cooperativismo para a economia nacional, como também da utilização dos índices financeiros do próprio SESCOOP como importantes norteadores na tomada de decisão por parte dos gestores das cooperativas, visto que auxiliam no conhecimento dos resultados alcançados e apontam onde as empresas

podem melhorar, possibilitando assim um crescimento contínuo em suas atividades.

Reconhecendo tal importância, o presente trabalho tem como objetivo analisar os índices financeiros do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) – a saber: índice de liquidez corrente, índice de solvência, índice de caixa e índice de endividamento geral – em todos os estados da região nordeste, realizando um relevante estudo de caso.

2 COOPERATIVISMO NO MUNDO

A origem da palavra cooperativismo vem do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari*, que significa operar juntamente com alguém. A cooperação exprime a ideia de ação conjunta na busca de um objetivo, onde duas ou mais pessoas trabalham em função de um bem ou serviço. O cooperativismo significa renovação social, pois, quando organizado segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos, as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, fins econômicos e educativos (PINHO, 1982).

O cooperativismo existe desde a Antiguidade quando os homens já demonstravam tendência a viver em grupos para defenderem os interesses comuns na caça, pesca, agricultura, entre outros. Segundo Oliveira (1984), desde as mais remotas eras, os agrupamentos humanos não teriam subsistido sem o *auxílio mútuo*, ao qual damos o nome de *cooperação*.

Os povos da Mesopotâmia praticavam a irrigação comunitária das terras, os germanos faziam a exploração comunal das florestas, os portugueses praticavam o trabalho em comum na agricultura, os indígenas cultivavam e praticavam caçadas e pescarias tribais.

Na Grécia antiga, existiram formas de cooperação nos campos de trigo e no artesanato. Os filósofos Platão e Aristóteles escreveram sobre a importância da contribuição de cada cidadão para o crescimento e desenvolvimento das cidades. Segundo eles, as associações eram formadas pela população de classe média e baixa, que se ajudavam em situações adversas, facilitando assim a vida em comunidade. De acordo com Martins (2008), na Grécia, os povos se organizavam a fim de realizar assistência mútua no caso de falecimento, para garantir enterro e sepultura digna aos associados; eram conhecidos como Orglonem ou Thiasi.

Na Palestina, entre os anos de 356 a 426 d.C., existia um compromisso de ajuda mútua, por meio de um tratado denominado Bavá Camá, no qual se constatou a existência de associações de mutualidade entre caravanas de mercadores para o seguro do gado asino (MELHIM, 2010).

Na Índia antiga, textos, entre os séculos 5 e 1 a.C., traziam indicações de relações de cooperação entre as comunidades. No continente americano, as antigas civilizações – como Asteca, Maia, Olmeca e Tolteca – formavam cooperativas de agricultura, caça e pesca.

A primeira ideia cooperativista considerada como precursora foi a do holandês Plockboy, em 1659, que procurou desenvolver uma associação econômica preservando a propriedade, como característica singular, objetivando atender às necessidades daquelas pessoas que faziam parte dessa sociedade. Buscou incentivar as pessoas excluídas socialmente a criarem uma sociedade que pudesse ir à defesa de seus interesses coletivos (MELHIM, 2010).

O cooperativismo atual começa com a criação da máquina a vapor e advento da revolução industrial na Europa, a partir da metade do século XVIII. Naquela época muitos trabalhadores ficaram sem ocupação, pois os produtos artesanais, feitos por eles, não tinham mais condições de competir com os produtos industrializados. Esses trabalhadores, antes autônomos, passam a se empregar nas indústrias emergentes.

A situação torna-se cada vez mais difícil para os trabalhadores: além de terem jornadas de trabalho de 16 horas diárias, os salários destes eram muito baixos. Mulheres e crianças eram empregadas por menor remuneração, caracterizando, já nessa época, exploração de trabalho. Têm-se como um dos principais exemplos os trabalhadores das docas estatais de Woolwich e Chatar, na Inglaterra, que fundaram uma associação cooperativa, já em 1763, para a aquisição de uma indústria moageira e de uma padaria.

Devido às injustiças econômicas e sociais sofridas, principalmente por operários, alguns estudiosos iniciaram discussões sobre essas questões, utilizando como base para uma mudança significativa o conceito embrionário de associação, no qual somam serviços, atividades e conhecimentos na busca de um mesmo conjunto de interesses.

O principal estudioso foi o inglês Robert Owen, considerado o pai do cooperativismo. Com as ideias disseminadas pelos discípulos de Robert Owen, a partir de 1825, ocorre um grande crescimento de associações cooperativas. Segundo Singer (1998), entre 1826 e 1835, surgiram em torno de 250 cooperativas na Inglaterra. Já nessas manifestações vários fundadores da futura cooperativa de Rochdale estavam envolvidos. As experiências desses pré-cooperativistas serviram de base para a constituição da primeira cooperativa, oficialmente registrada, em 1844.

Fazendo parte da população explorada pela crescente industrialização, 28 tecelões de Manchester na In-

glaterra passam a buscar uma forma de solucionar seus problemas de sobrevivência. Depois de muita discussão sobre uma sociedade ideal e se aproveitando de experiências de grupos anteriores, resolveram, em 24 de dezembro de 1844, constituir um armazém cooperativo, tendo como objetivos dar melhores condições de vida a seus membros e dependentes.

O ano de 1844 é considerado o marco do movimento cooperativista, pois foi nesse ano que foi fundada a cooperativa de consumo que eles chamaram de “A Sociedade dos Pioneiros Equitativos”.

A Sociedade começou a funcionar muito modestamente com um capital de 28 libras, coberto em parte por um empréstimo do sindicato dos tecelões. Um ano depois, o quadro de sócios já tinha aumentado de 28 para 74. Durante os primeiros anos, o crescimento foi modesto, mas em 1849 o Rochdale Savings Bank faliu, o que fez com que muitos ex-depositantes se associassem aos Pioneiros. O número de sócios subiu de 140, em 1848, e para 390 no ano seguinte (SINGER, 1998).

Essa cooperativa de consumo, devido a seu sistema de funcionamento e princípios básicos que eram livre adesão, direito a um voto, juros limitados, distribuição dos ganhos de acordo com a participação e educação cooperativista, fez com que a entidade crescesse rapidamente e novas cooperativas se formaram a partir desse modelo.

As cooperativas têm sido multiplicadas em todo o mundo, desde o final do século passado até chegar aos dias de hoje. Seu aparecimento satisfaz às necessidades dos agricultores, artesãos e operários para que eles se estabeleçam de uma forma protegida em relação a situações de mercado.

Segundo Morato e Costa (2001), a cooperativa é uma das formas avançadas de organização da sociedade civil, pois proporciona o desenvolvimento socioeconômico aos seus integrantes e à comunidade e resgata a cidadania por meio da participação, do exercício da democracia, da liberdade e autonomia.

Em 2010, as 300 maiores cooperativas do mundo tiveram uma movimentação econômico-financeira de US\$ 1,6 trilhão. Internacionalmente, o movimento cooperativo se articula através da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), entidade não governamental que reúne cooperativas de quase 90 países, representando aproximadamente 800 milhões de pessoas associadas. Pode-se afirmar que se trata da maior organização não governamental do mundo (OCB/RO, 2013).

Com a disseminação das ideias cooperativas pelo mundo e a grande adesão de muitos países, fez-se necessária a criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), organismo máximo do cooperativismo mundial.

Foi fundada na cidade de Londres na Inglaterra, no ano de 1895. O objetivo desse órgão, não governamental e com sua sede atual em Genebra na Suíça, é representar e servir as organizações cooperativas do mundo todo. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (2013), a aliança possuía até o ano de 2012 a quantidade de 75 países filiados.

3 COOPERATIVISMO NO BRASIL

O cooperativismo surgiu no Brasil com os indígenas, que já trabalhavam com base no auxílio mútuo e através da reunião dos escravos fugitivos nos quilombos, pois estes viviam em sociedade solidária, na busca de tentar sobreviver, se defender e fazer frente às agressões externas.

De acordo com Menezes (1992), a organização pioneira de uma comunidade cooperativa foi realizada pelos padres jesuítas, no início do século XVII, na região Oeste de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e nas regiões da bacia dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Essas comunidades eram conhecidas como reduções, onde se praticava o cooperativismo integral: a terra, os bens e a produção eram em comum.

A Colônia Teresa Cristina, no interior do Paraná, fundada em 1847, é considerada como o marco inicial do cooperativismo no Brasil. Ela foi criada para solucionar os problemas enfrentados pelos colonos brasileiros; por exemplo, o difícil acesso ao mercado formal e a pouca valorização dos produtos agrícolas, que impediam novas oportunidades de conhecer e obter bens culturais (LEITE, 2013).

O cooperativismo formal começou a surgir no Brasil a partir de 1891, após a aprovação da Constituição Republicana, pois antes o regime imperial escravocrata não permitia a associação das pessoas. Assim, no mesmo ano, surgiu a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira, no Estado de São Paulo, e em 1894, na então Capital do País, a Cooperativa Militar de Consumo do Rio de Janeiro. Essas primeiras cooperativas, no entanto, não deram certo devido à forma que começaram, pois foram copiadas, pelo governo, do modelo europeu e introduzidas de cima para baixo.

Apesar de o cooperativismo surgir no Brasil no início do século XX, apenas em 1932 foi aprovado o primeiro decreto (nº 22.239/32) na lei brasileira que diferenciava a organização e funcionamento das cooperativas das demais entidades. Esta, direcionada segundo os princípios doutrinários dos Pioneiros de Rochdale.

Conforme Costa e Bialoskorski Neto (2005), as cooperativas apresentam duas dimensões, a econômica e a social, com foco no associado e na comunidade. Dessa

forma, a consolidação do sistema cooperativista no Brasil tem papel significativo no desenvolvimento da sociedade, pois promove, dentre outros benefícios, acesso a crédito, saúde, educação, moradia e ao mercado de trabalho, com responsabilidades sociais e ambientais.

O cooperativismo brasileiro é retratado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o maior órgão de representação, criado em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Segundo a Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia – Fundace (2006), a função da OCB é organizar e administrar os interesses que pertencem à atividade profissional dos trabalhadores associados para a prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos.

Em 3 de setembro de 1998, foi criado pela Medida Provisória nº 1.715 o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Esse órgão visa promover o desenvolvimento do cooperativismo de forma integrada e sustentável, por meio da formação profissional, da promoção social e do monitoramento das cooperativas, respeitando sua diversidade, contribuindo para sua competitividade e melhorando a qualidade de vida dos cooperados, empregados e familiares (LEITE, 2013). De acordo com o autor, os objetivos do SESCOOP poderiam atender, de forma mais concreta, às demandas do setor, principalmente quanto à educação para o cooperativismo, visto que algumas medidas normalmente usadas – como realização de cursos de capacitação – não têm sido suficientes.

No Brasil existem 13 ramos de atividade do cooperativismo. São eles: a) **Agropecuário**: um dos ramos mais procurados no Brasil e responsável por grande parte da pauta de exportação de café, soja, carnes processadas, entre outros; b) **Consumo**: tem a função de baratear o custo dos produtos; c) **Crédito sem fins lucrativos**: a fim de uma melhor administração dos recursos financeiros dos associados; d) **Educacionais**: com escolas formadas pelos próprios pais, que não se preocupam com o retorno financeiro e sim com o aprendizado de seus filhos/alunos; e) **Produção**: visa diminuir o custo e procura eliminar os intermediários, oferecendo melhores preços aos consumidores sócios; f) **Trabalho**: em que se organizam e administram os interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados, para a prestação de serviço; g) **Especial**: atua com pessoas que estão em um processo de exclusão ou situação de desvantagem; h) **Habitacional**: em que os associados contribuem com um valor mensal e têm acesso a um determinado tipo de imóvel; i) **Infraestrutura**: em que se prestam, de forma coletiva, serviços essenciais, como energia, telefonia, lim-

peza pública, segurança e saneamento básico aos seus associados; j) **Mineral**: formado por cooperativas de mineradores, constituídas para viabilizar a extração, industrialização e comercialização de produtos minerais; l) **Saúde**: consiste na união de médicos e outros profissionais de saúde, que buscam oferecer uma alternativa aos custosos planos de saúde existentes; m) **Transporte**: atua na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros; n) **Turismo e Lazer**: organiza as comunidades para disponibilizarem seu potencial turístico, hospedando os turistas e prestando-lhes serviços.

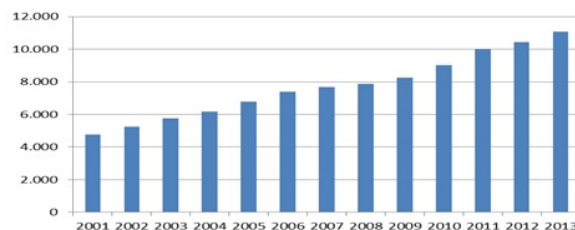
A Tabela 1 mostra o crescimento do cooperativismo no Brasil por ramo de atividade, comparando os anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, no qual o maior número de cooperativas, no ano de 2013, foi do ramo agropecuário (1.561 cooperativas) e de transporte (1.095 cooperativas). O ramo agropecuário apresentou ligeira retração no número de cooperativas no ano de 2012, mas retornou à liderança no ano de 2013. O ramo transporte apresentou um crescimento em torno de 97% no ano de 2012, alcançando a liderança, que antes era do ramo agropecuário; porém, no ano de 2013, retornou à segunda posição do ranking nacional.

Com relação ao número de associados, o maior número no ano de 2013 encontra-se nas cooperativas do ramo de crédito (5.487.098), de consumo (2.841.666) e agropecuário (1.006.197). Os ramos que apresentaram crescimento significativo do número de associados nos anos estudados foram: agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, mineral e transporte. Já os ramos educacional, especial, habitacional, produção, saúde, trabalho, turismo e lazer obtiveram uma retração no número de associados. A maior retração ocorreu no ramo de trabalho, em torno de 100%. Isso ocorreu devido, principalmente, ao maior rigor do Ministério Público do Trabalho com relação ao funcionamento deste setor, e também da capacidade desse ramo em se adequar às mudanças e exigências ocorridas no mercado.

Importante observar a retração de 63% no número total de associados no ano de 2012, passando de 10.008.835 (ano de 2011) para 6.160.158 (ano de 2012), e o ramo de crédito foi um dos responsáveis por essa forte retração devido a uma diminuição dos principais indicadores brasileiros como o Produto Interno Bruto (PIB) e a inflação. Mas no ano seguinte, ano de 2013, o ramo de crédito voltou a crescer devido, principalmente, ao fortalecimento do setor com regulamentações e um maior reconhecimento do mercado.

A Figura 1 trata do gráfico da evolução do número de associados das cooperativas brasileiras, confirmando o sucesso dessa atividade no território nacional, uma vez que o crescimento foi contínuo. No ano de 2001,

eram quase 5 milhões de associados; em 2008 já participavam 8 milhões; e em 2013 aproximadamente 12 milhões de associados.



Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), 2013

Figura 1: Evolução do Número de Associados

A Tabela 2 mostra os números do cooperativismo brasileiro por estado no ano de 2013, a federação que está em primeiro lugar é São Paulo no número de cooperativas (1.062) e de associados (3.825.956), porém perde a liderança em relação ao número de empregados, já que o estado do Paraná possui em torno de 4% a mais que São Paulo. O menor número de empregados encontra-se no Maranhão, apesar deste estado não ser o que possui o menor número de cooperativas, e sim Tocantins, mostrando assim a dificuldade encontrada em aumentar o seu número de empregados através da melhoria dos serviços oferecidos e da ampliação das informações acerca do cooperativismo na região. Os outros dois estados que possuem o maior número de cooperativas são Minas Gerais (777) e Bahia (746). O segundo lugar, na análise do número de associados, ficou com o Rio Grande do Sul e o terceiro com Santa Catarina, ambos na região Sul do país, onde surgiram as primeiras cooperativas.

Analisando as regiões separadamente, a região com o maior número de cooperativas é a região sudeste, com 2.511 cooperativas, sendo 1.062 só no Estado de São Paulo. A segunda região é a nordeste, com 1.596 cooperativas, na qual o maior número pertence ao Estado da Bahia, 746. A terceira região é a sul, que conta com 969 cooperativas, das quais, só o Estado do Rio Grande do Sul já contabiliza 485. A quarta região é a norte, que possui 945 cooperativas, onde a maior parte está no estado do Amapá, que contém 138. Por fim, a quinta região é a centro-oeste, com 669 cooperativas, apresentando Goiás com a maior participação, 232.

4 METODOLOGIA

O estudo foi feito na região Nordeste do Brasil (que compreende os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). Os dados utilizados são de origem se-

Tabela 1: Crescimento do Cooperativismo no Brasil

Ramo	Número de Cooperativas				Número de Associados			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Agropecuário	1.548	1.523	1.398	1.561	943.054	969.541	865.173	1.006.197
Consumo	123	120	144	112	2.297.218	2.710.423	1.820.531	2.841.666
Crédito	1.064	1047	1.068	1.042	4.019.528	4.673.174	1.890.713	5.487.098
Educacional	302	294	311	299	57.547	51.534	66.569	60.009
Especial	12	09	09	08	397	393	326	234
Habitacional	242	226	356	217	101.071	99.474	128.940	101.288
Infraestrutura	141	128	171	129	778.813	829.331	585.857	899.172
Mineral	63	69	37	76	20.792	58.891	48.946	84.855
Produção	235	243	136	241	11.454	11.500	25.690	11.935
Saúde	852	846	883	848	246.265	271.004	326.579	262.943
Trabalho	1.024	966	1.894	946	217.127	188.644	346.300	178.382
Transporte	1.015	1.088	715	1.095	3.218.993	143.458	52.793	146.783
Turismo e lazer	31	27	14	29	1.368	1.468	1.741	1.415
TOTAIS	6.652	6.586	7.136	6.603	9.016.527	10.008.835	6.160.158	11.081.977

Fonte: Organização das Cooperativas brasileiras(OCB), 2013.

Tabela 2: Número de Cooperativismo Brasileiro por Estado - 2013

Estados	Número de Cooperativas	Número de Associados	Número de Empregados
Acre	121	11.404	763
Alagoas	107	17.806	4.965
Amazonas	131	15.523	2.287
Amapá	138	5.889	506
Bahia	746	228.613	3.537
Ceará	128	64.528	5.672
Distrito Federal	169	166.484	2.358
Espírito Santo	147	218.371	7.434
Goiás	232	131.894	9.719
Maranhão	130	10.920	352
Minas Gerais	777	1.212.592	35.651
Mato Grosso do Sul	100	136.685	5.600
Mato Grosso	168	320.076	7.839
Pará	331	112.198	4.338
Paraíba	138	40.736	3.464
Pernambuco	230	123.669	7.082
Piauí	60	6.087	448
Paraná	230	605.653	60.614
Rio de Janeiro	525	243.390	9.021
Rio Grande do Norte	137	55.904	2.361
Rodônia	118	41.282	1.571
Roraima	67	4.160	392
Rio Grande do Sul	485	2.314.648	52.554
Santa Catarina	254	1.623.223	49.149
Sergipe	57	12.258	629
São Paulo	1.062	3.825.956	58.310
Tocantins	39	13.478	1.177
TOTAIS	6.827	11.563.427	337.793

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), 2014

cundária e foram obtidos através dos Relatórios de Gestão (anos 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014) do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

Para a análise dos dados, foram utilizados alguns índices para avaliar a capacidade financeira da Sescop nos estados da região Nordeste. De acordo com Ross et al (1998), os índices financeiros são uma ferramenta de comparação e investigação das relações entre diferentes informações financeiras, possibilitando aos gestores um maior conhecimento dos resultados alcançados e das possíveis tendências para melhorar o cenário organizacional. Os índices são extraídos das contas *Balanco Patrimonial* e *Demonstração de Resultados*. Abaixo, explicamos cada um dos índices utilizados:

a) Índice de Liquidez Corrente (ILC): avalia a capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações. O índice de liquidez significa a capacidade da empresa em realizar suas negociações em curto prazo, sendo o mínimo desejável de 1,0.

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b) Índice de Solvência (IS): significa a capacidade de garantir as dívidas com os recursos próprios, sendo o mínimo desejável de 2,0.

$$\text{Índice de Solvência (IS)} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$

c) Índice de Caixa (IC): os ativos mais líquidos de uma empresa são suas posses de caixa e títulos negociáveis.

$$\text{Índice de Caixa (IC)} = \frac{\text{Caixa}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d) Índice de Endividamento Geral (IEG): mede a proporção dos ativos totais da empresa financiada com dinheiro emprestado. Indica quanto a empresa financia dos ativos com capital de terceiros.

$$IEG = \frac{(\text{Ativo Total} - \text{Patrimônio Líquido}) \times 100}{\text{Ativo Total}}$$

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentamos a seguir os índices financeiros relativos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) na região Nordeste, nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

5.1 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC)

A Tabela 3 apresenta os resultados de pesquisa do ILC. Observa-se que, nos cinco anos estudados, o quociente foi maior que R\$ 1,00, em todos os estados, tendo o ativo circulante maior que o passivo circulante. Isso significa que os investimentos no ativo circulante são suficientes para cobrir as dívidas de curto prazo e permitir uma folga financeira nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. Isso ocorreu porque o passivo circulante investiu todos os seus recursos no ativo circulante, e essa “folga” que ocorreu nos resultados de todos os índices (índice de liquidez maior que um) mostra uma boa situação financeira da empresa, pois esta consegue cumprir com todos os seus compromissos financeiros de curto prazo e ainda apresentar folga financeira para investir no crescimento da empresa.

A Figura 2 é uma representação gráfica dos eventos do ILC, em que foi possível observar o comportamento anual de cada estado da região nordeste nos períodos estudados. Na análise gráfica, pode-se identificar que o estado que obteve, em média, o maior ILC nos anos analisados foi Sergipe, no qual os valores mais expressivos ocorreram nos anos de 2012, 2013 e 2014, mostrando a organização e o empenho da Sescop/SE em disseminar as ideias cooperativistas. Em segundo lugar, vem o estado do Rio Grande do Norte com resultados consistentes em todos os anos analisados, obtendo uma leve queda no ano de 2014, passando de 14,32 em 2013 para 9,69 em 2014. Os estados do Ceará, Pernambuco, Piauí, Paraíba e Maranhão foram os estados que obtiveram, em média, o crescimento mais regular do seu ILC no período de estudo, com algumas pequenas variações, como o estado da Paraíba que passou de 6,60 em 2011 para 25,04 em 2012, conseguindo assim investir mais nas cooperativas, já que honrou com os compromissos assumidos e pôde investir no crescimento da empresa. Os estados com os piores resultados, em média, referentes ao ILC foram Alagoas e Bahia; ambos obtiveram um ILC satisfatório, mas, quando comparados com os outros estados da região estudada, apresentaram resultados abaixo da média.

5.2 Índice de Solvência (IS)

Pode-se observar na Tabela 4 os índices de solvência dos estados da Região Nordeste. De acordo com os parâmetros, identifica-se uma linearidade nos resultados obtidos na maioria dos eventos.

Constata-se um comportamento semelhante em todos os estados da região nordeste, com exceção do estado de Sergipe, que, no ano de 2012, obteve o índice de solvência igual a 17,26, valor bem superior aos demais

Tabela 3: Índices de Liquedez Corrente referente aos Estados da Região Nordeste

Ano/Estado	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraíba
2010	2,62	2,54	12,05	3,60	12,75
2011	4,84	7,75	13,88	10,35	6,60
2012	4,92	5,45	10,85	17,38	25,04
2013	11,29	4,77	4,21	23,08	10,21
Ano/Estado	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe	
2010	4,76	5,55	15,26	2,07	
2011	8,60	5,45	12,77	8,54	
2012	9,44	10,67	18,59	16,34	
2013	8,41	11,26	14,32	29,72	
2014	24,31	20,98	9,69	24,92	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Tabela 4: Índice de Solvência referente aos Estados da Região Nordeste

Ano/Estado	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraíba
2010	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
2011	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
2012	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
2013	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
2014	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Ano/Estado	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe	
2010	1,0	1,0	1,0	1,0	
2011	1,0	1,0	1,07	1,0	
2012	1,0	1,0	1,0	17,26	
2013	1,0	1,0	1,0	1,0	
2014	1,0	1,0	1,0	1,0	

Fonte: Resultados da Pesquisa

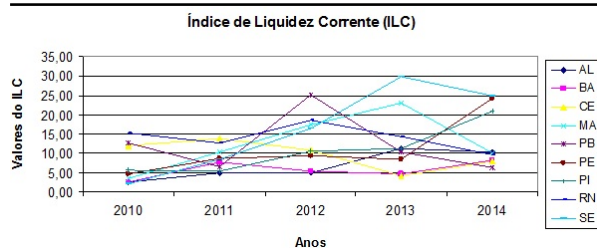


Figura 2: Análise gráfica do Índice de Liquidez Corrente (ILC) dos Estados da Região Nordeste

estados da região que obtiveram resultados de somente 1,0 de solvência. É importante observar que quanto maior o índice de solvência, melhor para a saúde financeira da empresa, em que o mínimo desejável é de 2,0. O único estado que se encontrou com a capacidade de cumprir os compromissos assumidos com capital próprio, sem precisar do auxílio de empréstimos e financiamentos, foi Sergipe no ano de 2012. Isso ocorreu devido ao aumento dos ativos da empresa e controle dos pagamentos, mostrando que sua capacidade de planejamento e seus investimentos em profissionais qualificados estão fortalecendo a Sescop/SE.

5.3 ÍNDICE DE CAIXA (IC)

O índice de caixa é um dos parâmetros mais importantes a ser avaliado, pois ele indica quanto de dinheiro real a empresa possui; quanto maior o valor, melhor. Quando esse índice for ≤ 1 , o estado de saúde da empresa é preocupante e crítico, mostrando que o dinheiro em caixa não é suficiente para a manutenção das atividades empresariais. Quanto maior este índice, maior a capacidade da empresa de honrar com seus compromissos.

Pode-se observar o comportamento dos Índices de Caixa (IC) na Figura 3, em que se torna mais compreensível a interpretação dos dados obtidos na Tabela 5. Os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba obtiveram, em média, os melhores valores relativos ao IC, demonstrando a capacidade de honrar com seus endividamentos. O Rio Grande do Norte alcançou a primeira colocação quando analisados os valores médios do IC, apesar de ter ocorrido uma queda de 14,13 no ano de 2013 para 9,51 no ano de 2014. Com segundo melhor desempenho médio, o estado da Paraíba obteve um IC no ano de 2010 de 12,68; 2011 de 6,57, 2012 de 25,04; 2013 de 10,17; e 2014 de 6,41. Como se pode observar nos resultados, mesmo com uma queda bastante elevada nos anos de 2011 e 2014, o estado sempre obteve índices acima do mínimo desejável em todo o período de

análise, garantindo assim o crescimento do cooperativismo na região.

Os melhores resultados do IC, individualmente, foram obtidos pela Paraíba no ano de 2012, com o valor de 25,04, e Pernambuco no ano de 2014, com 23,50. Os estados do Ceará, Piauí e Pernambuco apresentaram, em média, um bom resultado do IC no período analisado. Os valores mais baixos alcançados por esses estados, individualmente, aconteceram no Ceará no ano de 2013, com 4,19, em Pernambuco no ano de 2010, com 4,68, e no Piauí no ano de 2011, com 5,31.

Os piores resultados do IC, em média, foram dos estados do Maranhão e Bahia, porém a Bahia possui capacidade de pagar suas dívidas, já que no período analisado o seu IC obteve valores maiores que 2,0. Diferente da situação do Maranhão, que obteve todos os resultados abaixo de 1,0, com 0,11 em 2010, 0,54 em 2011, 0,25 em 2012, 0,28 em 2013 e 0,07 em 2014, este sendo o pior resultado de todos os anos analisados, classificando-se na última posição em relação a todos os estados do nordeste. Isso significa dizer que se o estado do Maranhão tivesse que arcar com os compromissos devedores de forma imediata, não teria condições de cumprir com suas obrigações financeiras, sendo necessário buscar financiamentos ou empréstimos em fontes diversas, prejudicando assim o crescimento da Sescop no estado.

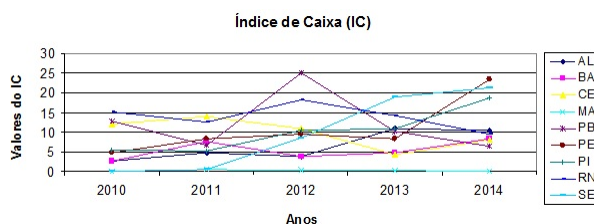


Figura 3: Análise Gráfica dos Índices de Caixa (IC) da Região Nordeste

Diferente de todos os estados analisados, Sergipe apresentou-se com um crescimento progressivo em todos os anos analisados, com 0,07 em 2010; 0,46 em 2011, 8,49 em 2012, 18,96 em 2013, e 21,23 em 2014, demonstrando segurança e organização financeira da Sescop/SE e consequentemente melhorando os serviços prestados às cooperativas do estado.

É possível verificar que o estado do Piauí, nos dois primeiros anos, 2010 e 2011, obteve comportamentos muito parecidos com valores de IC, de 5,36 e 5,31, e com um crescimento de aproximadamente 50% nos anos de 2012 e 2013, com IC de 10,50 e 10,85, respectivamente, e no ano de 2014 um crescimento melhor

Tabela 5: Índice de Caixa referente aos Estados da Região Nordeste

Ano/Estado	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraíba
2010	2,62	2,53	12,01	0,11	12,68
2011	4,84	7,66	13,85	0,54	6,57
2012	3,77	3,83	10,82	0,25	25,04
2013	10,96	4,68	4,19	0,28	10,17
2014	10,33	8,17	7,96	0,07	6,41
Ano/Estado	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe	
2010	4,68	5,36	15,01	0,07	
2011	8,34	5,31	12,46	0,46	
2012	9,35	10,50	18,22	8,49	
2013	8,26	10,85	14,13	18,96	
2014	23,50	18,70	9,51	21,23	

Fonte: Resultados da Pesquisa

ainda, mais de 70%, passando de 10,85 no ano de 2013 para 18,70 no ano de 2014, mostrando a evolução e o bom desempenho do órgão através de capacitações, assessoria e atividades culturais voltadas para as cooperativas.

Os melhores IC nos anos analisados foram de estados diferentes, já os piores resultados ficaram entre o estado de Sergipe e Maranhão. No ano de 2010, o estado do Rio Grande do Norte obteve o melhor resultado, 15,01, e o pior resultado foi Sergipe, 0,11. Em 2011 o Ceará alcançou o valor de 13,85 e o pior resultado foi Sergipe novamente, 0,46. Já no ano de 2012 a Paraíba conseguiu um IC no valor de 25,04 e o Maranhão o menor valor, 0,25. No ano de 2013, Sergipe obteve o valor de 18,96, o melhor do ano, e o pior foi novamente o Maranhão, 0,28. Por fim, em 2014, Pernambuco alcançou 23,50 e o Maranhão, 0,07.

5.4 Índices de Endividamento Geral (IEG)

Na Tabela 6 abaixo, estão dispostos os valores do Índice de Endividamento Geral (IEG), em que se identificou uma linearidade em quase todos os estados, sendo os estados do Rio Grande do Norte com IEG de 0,93 no ano de 2011 e o estado de Sergipe com IEG de 0,05 no ano de 2012, com melhor desempenho; para os demais estados, o IEG foi igual a 1, o que nos apresenta como resultados satisfatórios, visto que quanto maior o índice, mais prejudicial para a empresa analisada, pois mostra a dependência de capitais de terceiros.

Analisa-se que todos os estados, com exceção do Rio Grande do Norte e de Sergipe, possuem um valor alto de endividamento. Há duas afirmações importantes a fazer: por um lado, é bom para algumas empresas utilizarem um maior valor de capitais de terceiros

porque assim poderão deixar por mais tempo os seus investimentos renderem; por outro lado, para uma empresa que não possui muitos investimentos, não é interessante ficar utilizando esse tipo de capital, pois compromete a capacidade financeira da empresa e prejudica o crescimento contínuo das cooperativas da região, que precisam do SESCOOP para assessorá-las no fechamento de muitas negociações e para complementarem seus conhecimentos através de constantes treinamentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar os índices financeiros do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) da região nordeste. Os índices financeiros avaliados foram o Índice de Liquidez Corrente, Índice de Solvência, Índice de Caixa e Índice de Endividamento Geral. Esses índices são essenciais para a avaliação de uma empresa, pois eles mostram conhecimentos dos resultados obtidos e onde se pode melhorar para se alcançar o sucesso.

Com base nos cálculos dos índices financeiros, pode-se afirmar que todos os estados da região nordeste se encontram com índice de Liquidez Corrente satisfatório, com observações positivas para os Estado do Rio Grande do Norte e Sergipe, que alcançaram o maior índice, em média, em relação aos demais estados, ainda que estes tenham se mantido em níveis acima do desejado.

Para o índice de solvência, destaca-se a vulnerabilidade econômica de todos os estados em honrar suas dívidas em curto prazo; a única exceção foi o estado de Sergipe no ano de 2012. Em relação ao Índice de Caixa, apenas os estados de Sergipe e Maranhão obtiveram, em alguns anos, o índice abaixo do mínimo desejável.

Tabela 6: Índice de Endividamento Geral referente aos Estados da Região Nordeste

Ano/Estado	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraíba
2010	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
2011	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
2012	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
2013	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
2014	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Ano/Estado	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe	
2010	1,0	1,0	1,0	1,0	
2011	1,0	1,0	0,93	1,0	
2012	1,0	1,0	1,0	0,05	
2013	1,0	1,0	1,0	1,0	
2014	1,0	1,0	1,0	1,0	

Fonte: Resultados da Pesquisa

No que se refere ao Endividamento Geral, com exceção dos estados de Rio Grande do Norte e Sergipe nos anos de 2011 e 2012, que obtiveram seus índices de endividamento abaixo do máximo desejável, todos os demais estados encontram-se com sua capacidade de endividamento no limite desejável, comprometendo assim a saúde financeira da empresa.

Por fim, conclui-se que na análise conjunta dos índices financeiros, o Sescoop na região nordeste está funcionando de forma satisfatória para atender às necessidades dos cooperados, cooperativas e empregados, auxiliando assim no crescimento dessa modalidade que tanto tem agregado à vida de todos os envolvidos, sendo uma alternativa para pessoas que não tinham mais perspectivas no âmbito econômico e social.

É válido ressaltar que as impressões aqui relatadas devem ser aprofundadas através de estudos posteriores para tornar possível o crescimento contínuo do Sescoop e consequentemente das cooperativas em todo o território nacional.

REFERÊNCIAS

COSTA, D. R.; BIALOSKORSKI NETO, S. Avaliação de risco e inadimplência de cooperativas agropecuárias brasileiras. In: FEARP/USP, PENSA/USP. *Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*. Ribeirão Preto, 2005. 213p.

FUNDACE. *Os impactos da abertura comercial e dos acordos internacionais sobre as cooperativas brasileiras*. Ribeirão Preto, SP: , 2006. 195 p. Disponível em: <www.fundace.org.br/cooperativismo/projetos_pesquisa_impactos_abertura_inter.pdf>. Acesso em: 21 fev.2013.

LACAVA, U. *Campanhas de mobilização*. In: *Manual de comunicação e meio ambiente*. São Paulo: Editora Peirópolis, IIEB, WWF, 2004. P. 154 - 161.

LEITE, G. S. *O cooperativismo como instrumento constitucional de garantia do desenvolvimento nacional*. Marília: UNIMAR, 2013. 116 p. Disponível em: <<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/8E0CEAD37AC4E3874AA077DBA9298E35.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

MARTINS, S. P. *Cooperativas de Trabalho*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<http://www.cpgls.ucg.br/6mostra/artigos/SOCIAIS/%20APLICADAS/APARECIDA/%20OLIVEIRA/%20DE/%20MORAES/%20SOUSA.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

MELHIM, A. J. Palestina e Fundação de Israel: Conflitos com o Direito Internacional. Santos, p. 493, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.unisantos.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=323>. Acesso em: 24 jan. 2014.

MENEZES, A. Cooperativismo para as escolas de II grau. *Brasília: Gráfica OCB*, 1992. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/index.php/CSA/article/view/412/420>>. Acesso em: 23 out. 2013.

MORATO, A.; COSTA, A. Avaliação e Estratégia na Formação Educacional Cooperativista. In: *Cooperativismo na Era da Globalização. UNIMED: Federação dos Estados de Goiás e Tocantins*. Goiânia, GO: , 2001. p. 446.

OCB. *O cooperativismo brasileiro: uma história*. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras -

OCB, Versão Br Comunicação e Marketing, 2004. 150 p.

_____. Organização das cooperativas brasileiras. 2011. Disponível em: <<http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/404>>. Acesso em: 18 maio 2013.

OCB/RO. Forma ideal de organização. 2013. Disponível em: <<http://www.sescoop-ro.org.br/cooperativas-o-que-sao/>>. Acesso em: 27 out. 2013.

OLIVEIRA, N. B. *Cooperativismo: guia prático*. 2. ed. Porto Alegre: OCERGS, 1984.

PINHO, D. B. A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista. *São Paulo: Livraria Pieneira Editora*, 1982.

SINGER, P. Uma utopia militante: repensando o socialismo. *Petrópolis: Vozes*, 1998. Disponível em: <http://mpira.ub.uni-muenchen.de/38610/1/MPRA_paper_38610.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2001.